

Congresso encarece conta de luz em 5%

ROSANA RIFE

DA REDAÇÃO

A conta de luz pode ficar até 5% mais cara para cobrir furtos de energia na Região Norte do País, segundo cálculos da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace).

O texto, aprovado na Câmara, na madrugada de ontem, entrou discretamente no projeto de privatização das distribuidoras da Eletrobrás.

A emenda inclui, na fatura do consumidor, o gasto das concessionárias de energia elétrica de Rondônia e do Acre com os famosos gatos.

Agora, a proposta tem de passar no Senado e, se for sancionada pelo presidente Michel Temer, chegará na sua porta.

DETALHES

Existe nas regras atuais, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), um índice aceitável para furto de energia elétrica, que já é repassado para os consumidores. O que ul-



FERNANDA LUZ - 21/10/16

Energia mais cara: aumento está relacionado à privatização do setor

trapassa esse patamar fica a cargo das empresas.

Mas, com a novidade, as concessionárias do Norte vão se livrar desse valor. A explicação para isso é simples. O Governo quer privatizar as empresas do sistema Eletrobras e precisa

torná-las atraentes para os investidores. Para isso, tem de reduzir custos para que eles tenham um ganho maior, segundo especialistas.

“Eles estão em ritmo de final de festa e partem para o vale-tudo. Essa medida não faz o me-

nor sentido econômico”, diz o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nivaldo de Castro. “Nós, que estudamos o setor, temos isso como um absurdo”.

ISENÇÃO SOCIAL

Também devem ocorrer mudanças nas regras da tarifa social, destinada à baixa renda. Pelo menos, 8,9 milhões de famílias devem ser beneficiadas no País.

No projeto que prevê a privatização da Eletrobrás, foi criada outra emenda que concede isenção de gastos com a conta de luz para famílias que ganham até meio-salário-mínimo - atualmente R\$ 477,00 - e que gastam até 70 kWh/mês.

A novidade deve representar R\$ 742 milhões a mais pra Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para os consumidores, o aumento será de 0,5%.

Fonte: Jornal A Tribuna – 12/07/2018

INSS deve confirmar hoje adiantamento da 1ª parcela do 13º de aposentados e pensionistas

Representantes de aposentados serão recebidos nesta quinta-feira (12) pelo presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Edison Garcia, com a expectativa de obter a confirmação de que a primeira parcela do 13º salário dos beneficiários será depositada a partir do próximo mês. Uma fonte do órgão previdenciário afirmou à reportagem que, até o momento, não há previsão de mudança em relação ao ano passado. Em 2017, a parcela foi incluída na folha de pagamentos de agosto. A confirmação, porém, ainda dependeria de autorização do Ministério do Planejamento, em razão das contas públicas. Oficialmente, no entanto, o Planejamento informou que a antecipação do 13º depende de decreto do presidente Michel Temer. O diretor do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados), João Batista Inocentini, que participará da reunião com Garcia, revelou preocupação com possível atraso no pagamento da primeira parcela do 13º dos aposentados. “Não vamos abrir mão de receber em agosto, esse já é um direito adquirido”, afirma Inocentini. Embora não seja obrigado a pagar a primeira parcela do 13º em agosto, os depósitos são tradicionalmente realizados nesse período. Não existe lei que estabeleça essa regra ao governo, mas a antecipação do benefício virou tradição.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/07/2018

Inflação da terceira idade fecha segundo trimestre em alta de 2,3%

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos, fechou o segundo trimestre do ano com variação de 2,3%. O resultado é 0,35 ponto percentual superior ao 1,95% relativo ao IPC-BR acumulado de abril e junho – e que mede a variação de preços das famílias de todas as idades e faixas de renda. Os dados relativos ao indicador foram divulgados nesta quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado do 2º trimestre do ano, a inflação acumulada pelo IPC-3i nos últimos 12 meses (a taxa anualizada) ficou em 5,14%, superior também em 0,71 ponto percentual aos 5,14% do IPC-BR acumulado nos últimos 12 meses. Segundo os dados divulgados pela FGV, na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano, o IPC-3i fechou em alta de 1,41 ponto percentual, ao passar de 0,89% para 2,30%.

Leia mais: Agência Brasil – <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Desligamento por acordo enfrenta receio inicial de empregadores

O distrato para terminar um vínculo empregatício, uma das novidades da reforma trabalhista, representa 1% de todos os desligamentos em 2018, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Foram 61 mil pessoas que firmaram o acordo entre janeiro e maio deste ano. Por ele, o empregador paga metade da multa pelo fim do contrato, e o trabalhador pode retirar 80% do saldo do FGTS. Ele fica impedido de receber seguro-desemprego. “As empresas perceberam aumento significativo dos pedidos por distratos, mas têm sido criteriosas para aceitar”, diz Luiz Góis, sócio do BMA. Há dúvidas a respeito de como o tema será tratado pela Justiça, e até que sejam tomadas decisões de tribunais superiores, os empregadores terão receio em usar o acordo. A cautela é natural, diz Flavio Pires, do Siqueira Castro, mas um desligamento que não fosse um “tudo ou nada” era uma necessidade e, em algum momento, vai pegar. “Em um mercado de trabalho pujante haverá uma corrida para essa modalidade.” Era preciso criar uma solução, mas veio em um momento de desemprego em alta, diz Patricia Pelatieri, coordenadora do Dieese (departamento intersindical de estudos). “Ele beneficia mais os empregadores, nesse momento.”

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 12/07/2018

Senado aprova projeto de lei sobre proteção de dados pessoais

O Senado aprovou nesta terça-feira (10) projeto que cria um sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. Aprovado em maio pela Câmara, o texto não sofreu alterações de mérito e segue para a sanção do presidente Michel Temer. O projeto cria um marco legal de proteção, tratamento e uso de dados pessoais. As regras serão aplicadas aos setores público e privado. Entre as punições previstas para quem cometer infrações, está a aplicação de multas e a suspensão da atividade do banco de dados responsável pelas informações. Após entrar em vigor, haverá a possibilidade de usuários solicitarem acesso a seus dados, além de pedirem que informações sejam corrigidas ou excluídas. Dados sensíveis, como posição política, opção religiosa e vida sexual receberão tratamento mais rigoroso. Pela proposta, o governo deverá criar um órgão para cuidar do sistema de proteção de dados. O projeto estabelece que as empresas devem coletar apenas dados necessários para que os serviços. “O cidadão será beneficiado porque terá mais controle e transparência sobre a forma como seus dados estão sendo processados pelas empresas e pelo setor público”, disse o relator da proposta, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 11/07/2018